



Extensio
UFSC

Revista Eletrônica
de Extensão

O PIBID COMO PRÁXIS EXTENSIONISTA: POTENCIALIDADES FORMATIVAS NA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Helder Eterno da Silveira

Universidade Federal de Uberlândia
helder.silveira@ufu.br

Denilson Carrijo Ferreira

Universidade Federal de Uberlândia
denilson_carrijo@ufu.br

Resumo

Este artigo analisa o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) como uma práxis extensionista no âmbito da formação inicial docente no Brasil. Embora institucionalmente vinculado à política de ensino, o Pibid mobiliza princípios e práticas que dialogam com os fundamentos da extensão universitária, conforme a Resolução CNE/CES nº 7/2018 e a Política Nacional de Extensão Universitária. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se na análise documental e de conteúdo de marcos legais e dados da avaliação nacional do programa (CAPES/FGV). Utiliza-se como referência os “5 Is” da extensão: interação dialógica, interdisciplinaridade, interinstitucionalidade, impacto social e impacto na formação. Os resultados revelam a sinergia entre o Pibid e a extensão, evidenciando sua potência formativa e transformadora. Conclui-se que sua institucionalização como política de extensão é fundamental para fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como o compromisso social da universidade com a educação básica.

Palavras-chave: Pibid. Extensão Universitária. Formação de Professores. Políticas Públicas Educacionais.

THE PIBID AS AN EXTENSIONIST PRAXIS: FORMATIVE POTENTIAL IN INITIAL TEACHER EDUCATION

Abstract

This article analyzes the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (Pibid) as an extensionist praxis within the context of initial teacher education in Brazil. Although formally linked to teaching policy, Pibid mobilizes principles and practices aligned with the foundations of university extension, as outlined by Resolution CNE/CES No. 7/2018 and the National University Extension Policy. The research adopts a qualitative approach, based on documentary and content analysis of legal frameworks and national program evaluation data (CAPES/FGV). The analysis is guided by the “5 Is” of extension: dialogical interaction, interdisciplinarity, interinstitutionality, social impact, and impact on student education. The results reveal a strong synergy between Pibid and extension, highlighting its formative and transformative potential. It concludes that institutionalizing Pibid as an extension policy is crucial to strengthen the inseparability of teaching, research, and extension, as well as the university's social commitment to basic education.

Keywords: Pibid. University Extension. Teacher Education. Public Education Policies.

EL PIBID COMO PRAXIS EXTENSIONISTA: POTENCIALIDADES FORMATIVAS EN LA INICIACIÓN A LA DOCENCIA

Resumen

Este artículo analiza el Programa Institucional de Becas de Iniciación a la Docencia (Pibid) como una praxis extensionista en el contexto de la formación inicial del profesorado en Brasil. Aunque vinculado formalmente a la política de enseñanza, el Pibid moviliza principios y prácticas que se alinean con los fundamentos de la extensión universitaria, conforme a la Resolución CNE/CES nº 7/2018 y la Política Nacional de Extensión Universitaria. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en el análisis documental y de contenido de marcos legales y datos de la evaluación nacional del programa (CAPES/FGV). Se utilizan como referencia los “5 Is” de la extensión: interacción dialógica, interdisciplinariedad, interinstitucionalidad, impacto social e impacto en la formación estudiantil. Los resultados evidencian la sinergia entre el Pibid y la extensión, destacando su potencial formativo y transformador. Se concluye que su institucionalización como política de extensión es clave para fortalecer la función social de la universidad y su compromiso con la educación básica.

Palabras clave: Pibid. Extensión Universitaria. Formación Docente. Políticas Públicas Educativas.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Extensio: R. Eletr. de Extensão, ISSN 1807-0221 Florianópolis, v. 22, n. 52, p. 02-15, 2025.

INTRODUÇÃO

A formação inicial de professores(as) constitui um eixo estratégico para o fortalecimento da educação básica no Brasil, especialmente diante das profundas desigualdades estruturais que marcam o sistema educacional. Nesse contexto, torna-se imprescindível articular a formação docente às realidades vividas nas escolas públicas, promovendo uma aproximação concreta, crítica e transformadora entre universidade e território. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) representa uma política pública com alto potencial nesse sentido, ao possibilitar que licenciandos vivenciem experiências formativas diretamente inseridas nos territórios educacionais e cotidianos escolares, desde os primeiros momentos da graduação.

Criado em 2007 por meio da Portaria MEC nº 38/2007, no contexto do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o Pibid surgiu como resposta às fragilidades observadas nos cursos de licenciatura (especialmente física, química, biologia e matemática) e à necessidade de valorização do magistério da educação básica. Desde sua instituição, o programa assumiu como missão central a qualificação da formação docente por meio da aproximação entre universidade e escola, ampliando a lógica do campus das instituições para outros territórios com potencial formativo, sobretudo a escola, em uma perspectiva de inserção orientada, sistemática e progressiva dos(das) estudantes de licenciaturas nos espaços públicos de ensino, com foco em suas redes.

Ao longo de suas edições, o Pibid consolidou-se como uma das principais políticas públicas voltadas à formação inicial de professores(as) no Brasil. Sua concepção inovadora está alicerçada na ideia de que a docência é uma prática social e territorialmente situada, que exige, para sua plena formação, o contato direto com a realidade escolar — com suas contradições, desafios e possibilidades. Em oposição a modelos fragmentados ou meramente técnicos, o Pibid propõe uma formação docente crítica e dialógica, envolvendo o(a) licenciando(a) em projetos coletivos, mediados por docentes da universidade e da escola, voltados ao fortalecimento das práticas pedagógicas e ao desenvolvimento profissional mútuo.

Ao promover vivências formativas na escola pública desde os períodos iniciais da graduação, o Pibid visa romper com a lógica de que o contato com a realidade escolar deva ocorrer apenas nos estágios supervisionados finais. Sua proposta é mais ampla: oferecer um percurso formativo em que o(a) licenciando(a) seja sujeito ativo da experiência pedagógica, capaz de refletir criticamente sobre as condições de ensino e aprendizagem, e de interagir com os sujeitos escolares de modo dialógico e comprometido. Essa concepção fortalece uma identidade

docente fundamentada no compromisso com a justiça social, com a equidade educacional e com o direito à educação pública de qualidade.

Assim, a trajetória do Pibid revela não apenas sua relevância como instrumento de valorização do magistério, mas também sua aderência aos fundamentos da extensão universitária, ao promover a articulação entre universidade e escola como espaços de produção de saberes e transformação social. Em um cenário de ataques à formação crítica de professores(as) e de tentativas de desmonte de políticas educacionais públicas, o Pibid reafirma sua importância como política de Estado voltada à formação docente comprometida com os desafios educacionais do país.

Importa enfatizar que o Pibid não se configura como uma política de estágio curricular obrigatório, sendo esse um equívoco interpretativo recorrente. Diferentemente do estágio supervisionado regulamentado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para formação de professores(as) e pela Lei 11.788/2008, a iniciação à docência promovida pelo Pibid antecede e complementa essa etapa, posicionando-se como um campo formativo autônomo, de natureza dialógica, investigativa, reflexiva e socialmente situada. Como tal, rompe com a lógica tradicional de formação prescritiva e convida o(a) licenciando(a) a participar ativamente da vida escolar e dos espaços educativos, atuando não apenas como observador(a), mas como sujeito que aprende com e a partir desses espaços.

Um dos aspectos mais relevantes do Pibid é seu compromisso com o diálogo entre universidade e comunidade escolar. Os projetos são desenvolvidos a partir da articulação com as Secretarias de Educação e com as equipes diretivas e pedagógicas das escolas parceiras, favorecendo a construção compartilhada de práticas pedagógicas. Nesse processo, a escola deixa de ser apenas “campo de prática” e passa a ser reconhecida como espaço legítimo de produção de saberes, diálogo interinstitucional e construção coletiva do conhecimento (IMBERNÓN, 2010; VEIGA, 2008). A presença dos(as) licenciandos(as) nesses espaços gera efeitos formativos não apenas para eles e elas, mas também para professores(as) em exercício e para os(as) estudantes da educação básica, ampliando o alcance social e político da formação inicial.

Este artigo tem como objetivo analisar criticamente o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), à luz dos marcos regulatórios da extensão universitária e da formação de professores(as), com vistas a demonstrar seu potencial de reconhecimento como uma política pública de natureza extensionista. A investigação se orienta pela premissa de que o Pibid, ainda que formalmente vinculado às políticas de ensino e formação docente, mobiliza princípios, práticas e objetivos que convergem com os fundamentos da extensão universitária tal

como definidos na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012).

MATERIAIS E MÉTODOS

Os resultados desta pesquisa baseiam-se em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, com uso da análise de conteúdo conforme Bardin (2016). O estudo investigou documentos normativos centrais das políticas de formação inicial docente e de extensão universitária no Brasil, com o objetivo de identificar categorias temáticas que revelem o caráter extensionista do Pibid.

O corpus documental incluiu a Constituição Federal (art. 207), as Resoluções CNE/CP nº 2/2015 e CNE/CES nº 7/2018, a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e a Portaria CAPES nº 90/2024, selecionados por sua relevância legal e institucional.

A análise foi conduzida em três etapas: pré-análise, exploração temática com base nos “5 Is” da extensão, e interpretação crítica dos achados. Emergiram cinco categorias: inserção territorial, diálogo com a sociedade, formação crítica, articulação universidade-escola e práticas pedagógicas inovadoras. Dados da Avaliação Nacional do Pibid (CAPES/FGV, 2013), com 37 mil participantes, reforçaram a presença desses elementos na prática do programa.

RESULTADOS E ANÁLISES

Extensão universitária e formação docente: marcos regulatórios e perspectivas integradas

A análise do Pibid como política com potencial extensionista exige uma leitura articulada dos marcos que orientam a formação inicial docente e a extensão na educação superior. Ambas convergem para um entendimento ampliado de universidade pública, comprometida com os direitos sociais, a democracia e a transformação das realidades educacionais.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 define a extensão como processo interdisciplinar e transformador, reafirmando seu caráter formativo, crítico e emancipador, ancorado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012) reforça essa perspectiva ao destacar a interação dialógica, a formação cidadã e a articulação com os desafios sociais. Nessa lógica, a extensão é práxis territorializada e horizontal, superando a transmissão vertical de saberes.

O Pibid, ao inserir licenciandos em escolas públicas, propicia experiências formativas situadas, dialógicas e críticas, favorecendo a construção coletiva de soluções educacionais. Essa

O Pibid como práxis extensionista: potencialidades formativas na iniciação à docência

prática articula teoria e realidade, valorizando os saberes locais e o compromisso social, conforme Freire (1996).

A formação docente, por sua vez, tem oscilado entre propostas emancipadoras e abordagens tecnicistas. A BNC-Formação, instituída pela Resolução CNE/CP nº 2/2019 e revogada em 2024, embora trouxesse elementos progressistas, foi criticada por reforçar modelos prescritivos e descolados da tradição crítica da extensão. Tais diretrizes enfraqueciam o papel da universidade como espaço de reflexão e a articulação com a escola pública (GATTI et al., 2020; SAVIANI, 2013).

Nesse cenário, o Pibid emerge como estratégia relevante, ao aproximar licenciandos da realidade escolar desde o início do curso, promovendo uma formação ancorada no território, no diálogo e na justiça social. Como propõe Zeichner (2010), essa aproximação favorece a compreensão da docência como prática social transformadora.

Ao reconhecer a escola como espaço de produção de saberes, o Pibid fortalece a interlocução com professores, estudantes e gestores, permitindo uma formação mais crítica, ética e comprometida. Nessa articulação, a extensão confere densidade epistêmica e política à formação, contribuindo para que o futuro professor atue como intelectual transformador (GIROUX, 1997) e para que a universidade cumpra sua função pública, democrática e socialmente referenciada (RIBEIRO, 2022).

O Pibid e seus elementos extensionistas: análise normativa e crítica da Portaria Capes nº 90/2024

A Portaria Capes nº 90/2024 atualiza as diretrizes do Pibid, consolidando seu caráter formativo, colaborativo e territorializado. Ao reforçar a inserção dos(as) licenciandos(as) nas escolas públicas, reconhece o território como espaço pedagógico e político, em sintonia com os princípios da extensão universitária definidos pela Resolução CNE/CES nº 7/2018 e pela Política Nacional de Extensão (FORPROEX, 2012). A Portaria incorpora elementos como interação dialógica, produção de saberes situados e valorização da prática em contextos reais, exigindo uma reinterpretação institucional do programa para além de sua concepção como política de ensino.

O artigo 1º define o Pibid como promotor da inserção qualificada dos estudantes na escola pública, alinhando-se ao princípio da territorialidade, que compreende o território como espaço de escuta e construção coletiva. O artigo 2º explicita objetivos afinados à extensão, como valorização do magistério, articulação entre universidade e escola e formação crítica e reflexiva. Este último aspecto aproxima o programa das concepções de docência comprometida com a

O Pibid como práxis extensionista: potencialidades formativas na iniciação à docência

justiça social (Zeichner, 2010) e com a formação de professores como intelectuais transformadores (Giroux, 1997).

O artigo 5º destaca a articulação das atividades com os projetos pedagógicos das escolas, reconhecendo sua autonomia e promovendo uma relação horizontal com a universidade. Essa diretriz rompe com intervenções unilaterais e ecoa a pedagogia freiriana da construção de saberes no diálogo entre sujeitos. A progressiva inserção dos licenciandos, conforme o artigo 4º, possibilita vínculos duradouros, aprofundamento das realidades escolares e acompanhamento contínuo dos processos educativos, em consonância com o caráter processual e formativo da extensão.

Por fim, o Pibid também se articula às metas do Plano Nacional de Educação, especialmente à Meta 15, ao fortalecer políticas de formação docente integradas com a realidade das redes públicas. O programa contribui para qualificar a formação inicial, ao articular teoria, prática e compromisso social.

A seguir, apresenta-se uma tabela de síntese que sistematiza as categorias analíticas observadas na análise de conteúdo da Portaria CAPES nº 90/2024, evidenciando sua convergência com os marcos normativos da extensão universitária:

Tabela 1 – Categorias analíticas

Categoria analítica da extensão universitária	Dispositivo da Portaria CAPES nº 90/2024	Fundamento normativo ou teórico
Territorialidade e inserção comunitária	Art. 1º – Inserção qualificada dos estudantes nas escolas públicas	Resolução CNE/CES nº 7/2018; FORPROEX (2012)
Interação dialógica universidade-escola	Art. 2º, III – Articulação entre instituições formadoras e escolas	Freire (1996); FORPROEX (2012)
Formação docente crítica e reflexiva	Art. 2º, VII – Formação crítica e reflexiva como objetivo	Zeichner (2010); Giroux (1997); Resolução CNE/CP nº 2/2015
Articulação teoria-prática	Art. 2º, II – Fortalecer o vínculo entre teoria e prática	Política Nacional de Extensão; Resolução CNE/CES nº 7/2018
Reconhecimento da escola como sujeito formativo	Art. 5º – Ações em consonância com os projetos político-pedagógicos	Freire (1996); FORPROEX (2012)
Imersão e inserção progressiva	Art. 4º – Inserção progressiva dos licenciandos	Resolução CNE/CES nº 7/2018
Alinhamento com políticas públicas nacionais	Alinhamento à Meta 15 do Plano Nacional de Educação	Lei nº 13.005/2014 (PNE); Resolução CNE/CP nº 2/2015

Além de se alinhar aos fundamentos normativos e teóricos da extensão, o Pibid também dialoga diretamente com as linhas temáticas da Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). A linha “Educação”, especialmente na sublinha “Educação Básica e Formação de Professores”, é a que mais acolhe suas ações, dada a centralidade da formação docente em contextos escolares reais. Contudo, a diversidade dos subprojetos amplia esse escopo, conectando-se a campos como “Direitos Humanos e Justiça Social”, “Cultura e Arte”, “Tecnologias e Inovação” e “Desenvolvimento Sustentável e Local”. Essa abrangência evidencia a inserção territorial e o alinhamento do programa aos eixos de transformação social da política extensionista.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018, em seu artigo 6º, permite o reconhecimento de programas públicos como extensão, desde que coerentes com seus princípios. O Pibid, embora concebido como política de ensino, promove práticas integradas entre ensino, pesquisa e extensão, com forte inserção territorial, diálogo com comunidades e compromisso com a transformação social. Trata-se, portanto, de uma experiência paradigmática de práxis extensionista. Cabe às universidades reconhecer formalmente essa natureza, em conformidade com as diretrizes nacionais vigentes.

Convergências entre o Pibid e os princípios da extensão universitária

A institucionalização da extensão nas universidades brasileiras tem se fortalecido com marcos como a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012) e a Resolução CNE/CES nº 7/2018, que exige 10% da carga horária de graduação dedicada à extensão. Esses dispositivos promovem uma formação integral, crítica e socialmente referenciada. Nesse contexto, os subprojetos do Pibid tensionam as fronteiras entre ensino e extensão, ainda que muitas vezes não sejam reconhecidos formalmente como tal.

Com base nos “5 Is” da extensão — indissociabilidade, interação dialógica, impacto social, interdisciplinaridade e interculturalidade —, evidencia-se o potencial formativo e transformador do programa. O Pibid articula saberes acadêmicos e populares, promove escuta ativa e desenvolve ações interinstitucionais com efeitos relevantes na formação docente e nos territórios educativos. Sua estrutura expressa uma lógica extensionista, fundamentada na inserção territorial, no diálogo e na práxis emancipadora.

O programa favorece vínculos com escolas públicas e comunidades locais, promovendo coformação entre universidade e escola por meio de oficinas, projetos e ações integradas. A aprendizagem ocorre com e nos espaços escolares, reforçando a concepção freireana de diálogo e horizontalidade.

O Pibid como práxis extensionista: potencialidades formativas na iniciação à docência

Nos subprojetos, a interdisciplinaridade emerge na articulação de áreas do saber em atividades contextualizadas, contribuindo para uma formação complexa e significativa (Morin, 2002; Nóvoa, 2009). O território é valorizado como fonte de conhecimento e como cenário de práticas educativas relevantes.

A interinstitucionalidade é outra marca do Pibid, que articula universidades e redes de ensino público por meio de coordenações e parcerias. Esse modelo de gestão compartilhada fortalece a corresponsabilidade formativa e rompe com lógicas hierárquicas tradicionais, aproximando-se da ideia de universidade como bem público.

Estudos mostram que os(as) participantes do programa revelam maior compromisso com a docência, melhores índices de permanência e apropriação pedagógica (Gatti et al., 2018; Oliveira & Diniz-Pereira, 2020). A vivência concreta nas escolas possibilita o desenvolvimento de competências relacionais, reflexivas e sociais.

O impacto nas escolas também é significativo: surgem práticas pedagógicas mais inovadoras, vínculos fortalecidos com a universidade e protagonismo das comunidades escolares. Projetos de diversas áreas exemplificam esse efeito — como oficinas científicas inclusivas, acervos comunitários, rodas de memória e ações de letramento racial —, evidenciando a conexão entre extensão, diversidade e direitos humanos.

Assim, a convergência entre o Pibid e a extensão universitária não é apenas discursiva, mas concretamente verificada em práticas, resultados e impactos. O reconhecimento institucional dessas ações como extensão se impõe como desafio urgente, para superar a cisão entre ensino e extensão e consolidar uma epistemologia integrada da formação docente.

Tabela 2: Princípios da extensão encontrados no Pibid

Princípio da Extensão	Definição	Expressão no Pibid	Exemplos de Subprojetos
Interação dialógica	Relação horizontal entre universidade e sociedade, baseada na escuta ativa e construção conjunta	Licenciandos dialogam com professores, estudantes e famílias na construção de práticas pedagógicas contextualizadas	Oficinas temáticas com famílias; rodas de conversa sobre desafios escolares; escuta ativa nas reuniões pedagógicas
Interdisciplinaridade	Integração de diferentes saberes e áreas do conhecimento	Subprojetos articulam campos distintos em práticas pedagógicas integradas, promovendo aprendizagem significativa	Projetos interdisciplinares entre Ciências e Geografia; sequências didáticas envolvendo Literatura e História

Princípio da Extensão	Definição	Expressão no Pibid	Exemplos de Subprojetos
Interinstitucionalidade	Articulação entre instituições para realização de ações conjuntas	Cooperação entre universidades e secretarias municipais/estaduais de educação para planejamento, execução e avaliação do PIBID	Convênios de cooperação técnico-pedagógica; atuação integrada com projetos institucionais das redes de ensino
Impacto na formação do estudante	Transformação da formação acadêmica com base em experiências reais e socialmente referenciadas	Licenciandos desenvolvem competências profissionais, engajamento social e maior adesão à carreira docente	Relatos de egressos com ingresso em programas de mestrado; maior permanência nos cursos de licenciatura
Impacto social	Transformações concretas nas comunidades onde se desenvolvem as ações	As ações do PIBID promovem inclusão educacional, inovação pedagógica e fortalecimento da cultura escolar	Projetos de alfabetização comunitária; incentivo à leitura crítica; valorização da diversidade cultural nas escolas

O estudo avaliativo do Pibid conduzido pela Capes em parceria com a FGV (2013), com cerca de 37 mil respondentes, revelou ampla valorização do programa na formação docente, na qualificação da prática pedagógica e no fortalecimento do vínculo com a escola pública. Mais de 90% dos participantes atribuíram ao Pibid papel relevante em sua trajetória formativa, o que reforça seu caráter extensionista, dada a capacidade de produzir impactos sociais concretos nos territórios escolares (CAPES/FGV, 2014).

Essa percepção está alinhada aos “5 Is” da extensão universitária, definidos na Resolução CNE/CES nº 7/2018. O Pibid promove integração entre ensino, pesquisa e extensão por meio de práticas investigativas em contextos reais; incentiva a interação dialógica ao valorizar saberes escolares; gera impacto social; estimula a interdisciplinaridade nos subprojetos interáreas; e atua com sensibilidade intercultural em territórios diversos.

A análise das práticas do programa mostra que o Pibid ultrapassa os limites de uma política de ensino, constituindo-se como práxis extensionista. Seu modelo formativo articula escuta ativa, construção coletiva do conhecimento e intervenção pedagógica crítica, expressando um compromisso com a transformação social. Institucionalizar esse caráter extensionista fortalece tanto a formação inicial quanto o papel público da universidade diante dos desafios da educação básica no Brasil.

Limites Institucionais e caminhos para o reconhecimento do Pibid como práxis extensionista

O Pibid constitui uma ação formativa situada que, embora vinculada à política nacional de formação docente, mobiliza fundamentos político-pedagógicos característicos da extensão universitária. Sua presença nas escolas públicas, a articulação com territórios educativos e o uso do diálogo como método formativo o diferenciam de programas centrados nos espaços institucionais da universidade. Ao promover a imersão dos(as) licenciandos(as) em contextos reais, favorece a construção coletiva de saberes e a atuação crítica sobre desafios concretos da educação básica.

Enquanto os currículos acadêmicos convencionais tendem a privilegiar espaços internos e componentes disciplinares, o Pibid adota uma lógica territorializada, alinhada à Resolução CNE/CES nº 7/2018, que define a extensão como interação transformadora entre universidade e sociedade. No entanto, o programa ainda enfrenta obstáculos para seu reconhecimento formal como ação extensionista, uma vez que a Portaria CAPES nº 90/2024, apesar de atualizar diretrizes importantes, não o enquadra como tal. Isso dificulta sua contabilização na carga horária de extensão curricular, gerando invisibilidade institucional.

Paradoxalmente, documentos oficiais da CAPES reconhecem o Pibid como política que aproxima universidade e território, promovendo ações formativas com impacto social. Na prática, o programa opera como práxis extensionista, embora careça de respaldo normativo e cultural nas universidades. Além disso, geralmente não está articulado às estruturas extensionistas, o que limita seu acompanhamento pedagógico e sua inserção nos sistemas de planejamento e avaliação das IES.

Outro desafio está nos critérios de avaliação do programa, que priorizam indicadores quantitativos em detrimento da análise qualitativa dos impactos nas escolas e comunidades. Essa limitação dificulta o reconhecimento da potência formativa do Pibid como ação transformadora nos territórios.

Superar esses entraves requer que universidades e órgãos federais avancem na criação de normativas que reconheçam o Pibid como extensão. No âmbito das IES, isso implica desenvolver resoluções que permitam registro, certificação e integração curricular dos subprojetos aos núcleos extensionistas. Já no plano federal, a CAPES e o MEC poderiam complementar a Portaria nº 90/2024 com diretrizes que reconheçam a dimensão extensionista do programa, fortalecendo sua legitimidade institucional.

Também é necessário fomentar espaços reflexivos e avaliativos com participação de coordenadores, docentes da educação básica, bolsistas e gestores escolares, a fim de valorizar a

socialização das experiências extensionistas. O reconhecimento do Pibid como extensão não descaracteriza sua natureza formadora, mas a potencializa, reafirmando o compromisso da universidade com uma formação crítica, ética e territorializada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) representa, no cenário das políticas públicas educacionais brasileiras, uma experiência singular de formação inicial docente articulada ao território, à escola pública e à transformação social. Ao longo deste artigo, demonstrou-se que o Pibid, ainda que formalmente não classificado como política de extensão universitária, encarna de maneira substantiva os princípios norteadores da extensão, conforme definidos na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e na Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX, 2012). Os cinco "Is" da extensão: interação dialógica, interdisciplinaridade, interinstitucionalidade, impacto na formação discente e impacto social, estão presentes de forma robusta nas diretrizes normativas, na concepção pedagógica e nas práticas formativas desenvolvidas no âmbito dos subprojetos do programa.

A vivência dos(as) licenciandos(as) nos territórios escolares, a construção coletiva de saberes com professores(as) e comunidades, e a valorização das diversidades socioculturais traduzem-se em experiências formativas profundamente enraizadas no compromisso social da universidade. Essa atuação nos espaços concretos da educação básica não apenas aproxima a universidade das escolas, mas rompe com lógicas unidirecionais de transmissão do conhecimento. Nesse sentido, o Pibid configura-se como uma práxis extensionista, isto é, como um fazer pedagógico que integra teoria e prática, reflexão e ação, sujeito e território, numa dinâmica de coformação entre universidade e sociedade.

O conceito de práxis, fundamentado em Paulo Freire, remete a uma ação reflexiva e transformadora, que supera a dicotomia entre ensinar e aprender, produzir e aplicar saberes, formar e ser formado. No Pibid, a práxis se materializa no cotidiano escolar: nas oficinas colaborativas, nos projetos interdisciplinares, nas escutas ativas, nas experiências que desafiam os licenciandos a problematizar a realidade e a nela intervir criticamente. Ao mesmo tempo, a presença dos licenciandos nas escolas incide sobre as práticas pedagógicas locais, promovendo uma ressignificação das relações de ensino, da cultura escolar e do próprio papel da escola pública como espaço de resistência e emancipação.

Contudo, o fato de o programa não ser registrado nos sistemas acadêmicos de extensão das Instituições de Ensino Superior (IES), somado à inexistência de instrumentos sistemáticos de

avaliação de impacto social, compromete seu pleno reconhecimento como ação extensionista. Tal invisibilidade institucional dificulta não apenas o seu enquadramento curricular nos cursos de licenciatura, como também limita sua valorização como prática formativa integral. Essa desarticulação entre políticas de formação e de extensão, ainda presente em muitas universidades, precisa ser enfrentada por meio de diretrizes normativas claras, revisão dos sistemas acadêmicos e ações de institucionalização que reconheçam a práxis formativa do Pibid como parte estruturante da missão pública da universidade.

Dessa forma, propõe-se que as IES avancem na consolidação do Pibid como política de extensão universitária, garantindo: (a) seu registro nos sistemas acadêmicos de extensão; (b) a validação da carga horária como parte dos 10% obrigatórios de extensão curricular; e (c) a construção de indicadores específicos que permitam avaliar sua contribuição para a formação docente e o impacto nos territórios escolares. Essa reconfiguração permitirá fortalecer a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, consolidando um modelo formativo mais democrático, inclusivo e territorializado.

Por fim, reconhecer o Pibid como práxis extensionista não é apenas uma correção conceitual ou administrativa, mas um gesto político e pedagógico de afirmação de um projeto de universidade comprometido com a justiça social, a equidade educacional e a formação de professores(as) críticos(as) e socialmente engajados(as). Trata-se de reafirmar a centralidade da escola pública como espaço de escuta, diálogo e transformação, e de valorizar o licenciando como sujeito ativo na construção de uma educação mais humanizadora e emancipadora.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Portaria nº 90, de 25 de março de 2024*. Regulamenta o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. Brasília: CAPES, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015*. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura) e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Institui as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 19 dez. 2018.

CANDAU, Vera Maria. Educação e diversidade cultural: desafios teóricos e práticos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 17, n. 50, p. 229–242, 2012.

CAPES. *Relatório de Gestão 2009–2014 – Diretoria de Educação Básica Presencial*. Brasília: CAPES, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Brasília: FORPROEX, 2012.

GATTI, Bernadete A.; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli E. D. *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2020.

GIROUX, Henry. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 1997.

IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. São Paulo: Cortez, 2010.

MORAN, José Manuel. Mudando a educação com metodologias ativas. In: BACICH, L.; MORAN, J. M. (orgs.). *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DINIZ-PEREIRA, Júlio. *Formação de professores e políticas públicas no Brasil: tendências e tensões contemporâneas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

RIBEIRO, Gustavo F. *Extensão universitária: fundamentos, práticas e desafios*. Florianópolis: UDESC, 2022.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 2008.

ZEICHNER, Kenneth M. Uma análise crítica sobre a “reflexão” como conceito estruturante na formação docente. In: ZEICHNER, K. M. *Repensando a formação de professores à luz das teorias da aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

Recebido em: 01/07/2025

Aceito em: 22/08/2025